

**ATA 1808º REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA
DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO**



**Conselho Regional
de Psicologia SP**

Conselho Federal de Psicologia
Conselho Regional de Psicologia da
6ª Região - CRP-06

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América
Cep 05410 020, São Paulo, SP
Tel (11) 3061 9494, fax (11) 3061 0306
e-mail info@crpsp.org.br
website www.crpsp.org.br

1 Aos oito dias do mês de novembro de dois mil e quatorze, às nove horas e
2 trinta minutos, realizou-se a milésima octingentésima oitava reunião Plenária
3 Ordinária do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – 6ª Região, à
4 Rua Arruda Alvim, oitenta e nove. Estiveram presentes Estiveram presentes 20
5 conselheiros (as), sendo esses (as) efetivos (as) e suplentes, a seguir indicados (as):
6 Adriana Eiko Matsumoto, Elisa Zaneratto Rosa, Gabriela Gramkow, Guilherme Luz
7 Fenerich, Ilana Mountian, Janaína Leslão Garcia, Luís Fernando de Oliveira Saraiva,
8 Maria Ermínia Ciliberti, Bruno Simões Gonçalves, Camila de Freitas Teodoro, Dario
9 Henrique Teófilo Schezzi, Gustavo de Lima Bernardes Sales, Jonathas José Salathiel
10 da Silva, Livia Gonsalves Toledo, Luiz Eduardo Valiengo Berni, Mirnamar Pinto da
11 Fonseca Pagliuso, Regiane Aparecida Piva, Sandra Elena Sposito, Sérgio Augusto
12 Garcia Júnior e Silvio Yasui. Conforme lista de presença anexa que é parte integrante
13 desta ata. **ORDEM DO DIA: I) JUSTIFICATIVA DE AUSÊNCIAS** - Foram
14 consideradas as justificativas de ausência dos (as) demais conselheiros (as): Aristeu
15 Bertelli da Silva, Graça Maria de Carvalho Camara, Joari Aparecido Soares de
16 Carvalho, José Agnaldo Gomes, Marília Capponi, Moacyr Miniussi Bertolino Neto,
17 Alacir Villa Valle Cruces, Maria das Graças Mazarin de Araújo. A conselheira Ana
18 Maria Falcão de Aragão – está desligada conforme registrado na ata da
19 milésima septingentésima sexagésima terceira Reunião Plenária Ordinária de
20 onze de abril de dois mil e quatorze e Ana Paula Porto Noronha, afastada
21 temporariamente, conforme registrado na ata da milésima octingentésima
22 reunião Plenária Ordinária de dezessete de outubro de dois mil e quatorze.
23 **1.2) Informe Financeiro** – A conselheira tesoureira, Gabriela Gramkow,
24 relatou o informe financeiro: o saldo bancário é de R\$ 16.289.380,00
25 (dezesesseis milhões e duzentos e oitenta nove mil reais e trezentos e oitenta
26 reais.), a arrecadação até o momento foi de R\$ 20.430.981,00 (vinte milhões e
27 quatrocentos e trinta mil e novecentos e oitenta e um reais), o que representa
28 75% do esperado. A arrecadação por dívida ativa é de R\$ 2.017.987,00 (dois
29 milhões, novecentos e dezessete mil, novecentos e oitenta e sete reais). A
30 conciliação produziu R\$ 161.221,00 (cento e sessenta mil reais e duzentos e
31 vinte e um reais) e tem uma audiência agendada para este ano, entre os dias
32 17 a 19 de novembro. O CRP SP teve 5.206 novas inscrições, 2.230
33 cancelamentos e 716 reativações. Dario Henrique Teofilo Schezzi questiona a
34 respeito da política de arrecadação referente aos inadimplentes. Gabriela
35 Gramkow cita que o assunto está sendo discutido no GT Nacional de



36 Tesoureiros - criado em Assembleia de Políticas, da Administração e das
37 Finanças, e do qual o CRP SP faz parte - para pensar em políticas de melhoria
38 da arrecadação. O que tem sido cuidado é da conciliação, nas questões de
39 dívida ativa, e estratégias de negociação, consistente e permanente,
40 possibilitando parcelamentos. Essas têm sido as principais estratégias. Para
41 aquelas dívidas que já estão na justiça, é realizada a conciliação, e para as
42 que ainda não estão, a negociação. A tesoureira esclarece que outras ideias
43 para lidar com esse problema podem ser encaminhadas para o GT de
44 Tesoureiros, que está se debruçando nessas questões, tentando resolvê-las
45 nacionalmente. Em dezembro ocorrerá a reunião de tesoureiros e o GT se
46 reunirá ainda em novembro. Caso já se tenha sugestões, pode-se levar já para
47 essa reunião do GT. Conforme acordado em plenária, Gabriela Gramkow
48 relata também os apoios financeiros deste ano: foram concedidos cerca de 100
49 apoios, um número que considera alto. Com parcerias institucionais, foi
50 repassado este ano o valor de R\$ 7.756,00 (sete mil, setecentos e cinquenta e
51 seis reais), mas essa subdivisão dos apoios não está adequada. Com apoios
52 em geral, totalizou-se R\$ 62.217,00 (sessenta e dois mil, duzentos e dezessete
53 reais). Gastos, até o momento, com apoio à biblioteca virtual (BVS-Psi) R\$
54 7.276,00 (sete mil, duzentos e setenta e seis reais); com o site do FENPB -
55 Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira – R\$ 1.138,00 (mil,
56 cento e trinta e oito reais); ULAPSI – União Latino-Americana de Entidades de
57 Psicologia - R\$ 42.451,00 (quarenta e dois mil, quatrocentos e cinquenta e um
58 reais), que damos apoio com o espaço de trabalho, com o pagamento de
59 aluguel, IPTU, conta de telefone, etc. Desse modo, o apoio a movimento social
60 é de cerca de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais). Elisa Zaneratto Rosa questiona
61 se o valor gasto até o momento com apoios extrapolou o que havia sido
62 orçado. Pondera que é necessária análise, pelo centro de custo, para verificar
63 qual a relação desses apoios com as outras ações políticas realizadas pelo
64 CRP SP. A tesoureira coloca que teria que fazer uma análise desses dados,
65 não tendo como dar uma resposta já nesta plenária. O que tem sido apontado
66 pela Gerência, na análise dos apoios, é que a quantidade de apoios é
67 excedente, muitos deles alocados em verba de contingência. Apoios em
68 parceria: são os apoios dados à ULAPSI, ABRAPEE – Associação Brasileira
69 de Psicologia Escolar e Educacional, BVS-Psi, FENPB. Há saldo de R\$
70 9.833,00 (nove mil, oitocentos e trinta e três reais), portanto, ainda não
71 extrapolou o previsto. Convênios: foram gastos R\$ 500,00 (quinhentos reais)



72 além do realizado, mas não mais do que o previsto. Esse convênio refere-se
73 ao IV Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão, da ABEP –
74 Associação Brasileira de Ensino de Psicologia. Movimentos Sociais: orçado:
75 R\$ 70.000 (setenta mil reais); realizado 48.412,00 (quarenta e oito mil,
76 quatrocentos e doze reais). Para Gabriela Gramkow, o centro de custo ainda
77 não está equilibrado na distribuição das rubricas: ainda há uma confusão de
78 apoios, parcerias e movimento social. Essas categorias, em algumas
79 situações, se confundem e isso tem que ser cuidado para que fiquem mais
80 transparentes os dados, embora eles sejam verdadeiros. É necessário saber a
81 natureza do apoio, para saber onde deverá ser alocado no centro de custo,
82 mas os valores apresentados são corretos, apenas a forma como estão
83 distribuídos tem que ser revista, e o valor orçado não foi ultrapassado. Maria
84 Ermínia Ciliberti noticia ao plenário que parece que conselhos já foram
85 acionados pelo tribunal de contas, devido à questão de apoio a movimentos
86 sociais, sem critérios claros. Nesse sentido, solicita à diretoria que avalie a
87 representação do CRP SP na Câmara dos Profissionais Registrados em
88 Conselhos e Ordens do Estado de São Paulo (Conselhão), pois parece que o
89 CRP tem se ausentado deste espaço, onde esses assuntos são debatidos.
90 Tem essas informações devido ao Fórum dos Conselhos Atividades Fim da
91 Saúde – FCAFS. Gabriela Gramkow indica que é necessário que o
92 Departamento de Secretaria e a Gerência verifiquem se estamos recebendo os
93 convites para participar da reunião dessa Câmara, pois considera muito sério o
94 que é apontado por Maria Ermínia Ciliberti. **Encaminhamento:** O
95 Departamento de Secretaria e a Gerência devem verificar o recebimento dos
96 convites para participação nas reuniões da Câmara dos Profissionais
97 Registrados em Conselhos e Ordens do Estado de São Paulo (Conselhão) e o
98 assunto deverá ser pauta da próxima reunião de Diretoria, no sentido de levar
99 à reunião de Tesoureiros de dezembro a crítica do Tribunal de Contas da
100 União em relação aos apoios a movimentos sociais. **II) COMISSÃO DE ÉTICA**
101 – Luís Fernando de Oliveira Saraiva, presidente da Comissão de Ética,
102 apresenta ao plenário tabela referente aos números da COE. Informa que foi
103 difícil conseguir agrupar esses dados, pois o sistema que é utilizado, Siscaf, é
104 de difícil acesso. É um sistema que não produz dados, por exemplo, não prevê
105 a produção de relatórios gerenciais pelo Sistema, portanto, é utilizado apenas
106 para armazenamento desses dados. Ele é utilizado apenas para
107 armazenamento dos números, mas não é possível utilizá-lo para produção de



108 conhecimento. Luís Fernando de Oliveira Saraiva agradece o grande empenho
109 das funcionárias Silvia Aparecida de Carvalho e Patrícia Oliveira para fazer o
110 levantamento e ordenar esses dados. Apresenta os números indicando a
111 quantidade de processos em cada fase, para possibilitar uma análise sobre
112 onde estão os gargalos. A proposta que fez para a Comissão é de que mês a
113 mês esses números sejam monitorados, de modo a acompanhar o que chegou
114 e aquilo que foi sendo feito. Há 420 processos tramitando; em média, são
115 recebidas de 10 a 15 representações por mês. Após o recebimento das
116 representações, é solicitado esclarecimento prévio, e depois fica para
117 produção de pareceres. Há 163 processos aguardando a elaboração de
118 parecer e elaboramos cerca de 10 pareceres por mês, portanto, seriam
119 necessários 16 meses somente para conseguir dar conta do número atual de
120 pareceres, mas são recebidas cerca de 10 a 15 representações. Em outubro
121 de 2014, quando foi feito esforço para apreciação desses pareceres, ficaram
122 prontos para apreciação 15 e no mês foram apreciados 13. Até o final de
123 novembro, a previsão é de que consigam preparar mais 10 pareceres. Foram
124 apreciados 6 pedidos de reconsideração, sendo que há 11 reconsiderações
125 nomeadas, aguardando a plenária. Há relatórios que foram nomeados
126 recentemente e há relatório que está há 8 meses parado. No total há, nas
127 diferentes fases, 273 PDE's tramitando e a estimativa é que cerca da metade
128 vire processo ético e a outra metade seja arquivada. Logo, a previsão para o
129 futuro é que se tenham mais 140 processos éticos. Pelo CPD os conselheiros
130 têm 15 dias, prorrogáveis por mais 15 dias, para produção do relatório.
131 Gabriela Gramkow comenta que processos parados há 8 (oito) meses são a
132 exceção, a plenária tem cuidado mais desses pontos. O presidente da COE
133 informa que, desde o início da gestão somente três pareceres foram
134 apresentados dentro do prazo estipulado de 15 (quinze) dias. A apreciação de
135 pareceres tem levando, em média, de três a quatro meses, portanto, o CRP SP
136 tem usado muito mais tempo do que o previsto pelo CPD. No último mês foram
137 instaurados 6 processos éticos, originados das reconsiderações que foram
138 apreciadas. No momento, há 17 comissões de instrução nomeadas já em
139 atividade e outras 59 aguardando. Fazendo análise dos dados, a Comissão de
140 Ética fez alguns questionamentos: todas as representações precisam virar
141 processo ético? Há outras medidas possíveis, enquanto Conselho, frente ao
142 recebimento de representações? Muitas dessas representações dizem respeito
143 à infração ética de baixo dano ou cujo dano já foi reparado e, desse modo, a



144 infração ética já foi sanada. Diante desse cenário, um processo deve
145 prosperar? Essas questões estão sendo discutidas na COE, para pensar
146 possibilidades e também está sendo solicitada análise do jurídico sobre quais
147 as possibilidades frente à chegada dessas representações no Conselho. Outra
148 questão é o alto numero de processos aguardando pareceres, portanto,
149 questiona se são necessários mais pareceristas. Aponta também para a
150 demora para que os pareceres sejam apresentados em plenária e, nesta
151 gestão, cancelamos uma plenária ética por falta de quórum. Depois disso, foi
152 construída escala de participação dos conselheiros, que tem funcionado bem.
153 Há um acordo de que, quando há 12 conselheiros na plenária, se dividem em
154 grupos de 6 para que seja possível apreciar mais pareceres. Propõe que essa
155 divisão seja realizada também quando o quórum for de 10 pessoas, ficando
156 assim, dois grupos de 5 pessoas. Muitas vezes os processos são instaurados
157 por dúvidas quanto aos indícios de materialidade. Ouvindo as partes é que são
158 descobertas mais informações. Historicamente, nunca foram feitas diligencias
159 na fase inicial: ir ao local para alguns esclarecimentos. Nunca foram realizadas
160 audiências de esclarecimento presenciais, em que as partes são chamadas
161 para esclarecimentos e formação de convicção, sendo que é previsto no CPD.
162 E, por fim, cita a demora das Comissões de Instrução em ampliar os
163 colaboradores. Elisa Zaneratto Rosa coloca que a separação, se não houver
164 consenso, é ineficaz. Regiane Aparecida Piva pondera a necessidade de
165 propostas dos conselheiros em pensar etapas a partir dos números
166 apresentados por Luiz Fernando de Oliveira Saraiva. O presidente da COE
167 informa que o jurídico trouxe alguns apontamentos de que é possível, em
168 situações de baixo dano, e já tendo sido corrigida, o arquivamento do
169 processo, considerando que não há justa causa. Mas é importante a plenária
170 definir se irá seguir com esse entendimento ou não. Elisa Zaneratto Rosa
171 questiona como outros Conselhos fazem os julgamentos, citando como
172 exemplo a Medicina, e se é possível o CRP SP aumentar o número de
173 julgamentos realizados. Gabriela Gramkow coloca que no Conselho de
174 Medicina as análises são realizadas pelos membros não conselheiros. Luís
175 Fernando de Oliveira Saraiva considera importante a realização dessa
176 pesquisa para que, após a análise do CPD, seja possível propor alterações ao
177 código. Conta que, como um dos desdobramentos da oficina nacional de
178 Conciliação, o CRP SP irá contratar uma consultoria para estudar esses
179 processos e pensar como que acontecerão dentro do CRP. Talvez seja



180 estratégico fazer uma análise geral do CPD e pensar que outras mudanças,
181 para além da conciliação e mediação, podem ser propostas. Pondera que com
182 o atual CPD, não há como alterar os procedimentos. Regiane Aparecida Piva
183 diz que é fundamental essas mudanças, pois o CRP está preso pelo CPD às
184 regras que devem ser seguidas e não há como membros fazerem, atualmente.
185 É uma coisa que deve ser dada prioridade nesta gestão. Gabriela Gramkow
186 sugere que a gestão invista na questão do prazo e que, pensando no PCCS,
187 também deve ser pensado em um supervisor para a COE, para realização de
188 monitoramento contínuo, cuidado com os procedimentos. Regiane Aparecida
189 Piva diz, sobre o que Luís Fernando de Oliveira Saraiva apontou, de o CRP
190 ficar, em média, quatro meses com reconsideração, que todos devem dar
191 conta dos prazos. Sugere que sejam feitos ajustes: realizar duas plenárias
192 éticas e duas de julgamento por mês. Elisa Zaneratto Rosa entende que há
193 também uma questão estrutural, são trinta conselheiros, mas a categoria
194 cresceu e as dificuldades encontradas se devem à complexidade do trabalho,
195 são muitas coisas que devem ser feitas para a realização dos julgamentos
196 éticos e, quando não houve quórum suficiente foi em razão de outras
197 atividades do CRP. **III) FÓRUM SOBRE MEDICALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E**
198 **DA SOCIEDADE** – Elisa Zaneratto Rosa recorda que, há alguns meses, o
199 plenário discutiu o Fórum a respeito da eleição que estava sendo realizada e
200 os desdobramentos e os conflitos que tiveram a partir desse processo eleitoral.
201 O plenário acordou que Ilana Mountian assumiria a representação institucional
202 do CRP SP nesse espaço. Depois desse momento, não voltamos a discutir na
203 plenária esse assunto. Ilana Mountian conta que foram realizadas duas
204 reuniões do Fórum: esteve presente na primeira, que foi da troca de gestão, e
205 da segunda reunião, participou pelo CRP SP, Luciana Stoppa dos Santos. Pelo
206 Núcleo Alcool, Drogas e Medicalização, ocorreu um encontro com os
207 movimentos sociais para pensar em ações em conjunto e estiveram presentes
208 representantes do Fórum, que irão contribuir, inclusive com as questões
209 referentes às Comunidades Terapêuticas. Mirnamar Pinto da Fonseca
210 Pagliuso comenta que tem ciência de que o Fórum realizou o Segundo
211 Seminário Interno, em Belo Horizonte. Todos os núcleos do Fórum
212 participaram; Rudá Ricci fez a apresentação inicial e nesse evento foi discutido
213 qual o formato que o Fórum assumiria. E está ocorrendo a Semana da Luta
214 contra a Medicalização da Vida, em São Paulo. Elisa Zaneratto Rosa
215 complementa as informações já passadas, informando que Luciana Stoppa



216 dos Santos encaminhou dois relatos de participação nas reuniões do Fórum.
217 Na reunião do dia 02 de maio, Luciana considera que as discussões mais
218 importantes, excluindo a posse da nova gestão, *“são relacionadas aos avanços*
219 *e desafios no uso e manutenção do site do Fórum, que tem sido uma das*
220 *formas de maior visibilidade das temáticas, porém tem ficado bastante*
221 *desatualizado. Como desafios, destacaram “a importância de reestabelecer o*
222 *compromisso das entidades signatárias do Fórum com suas atividades e*
223 *funcionamento, sendo discutida a possibilidade de rodiziar as*
224 *responsabilidades.”* Marilene Proença apontou que o site do Fórum teve
225 grande contribuição do CRP, sendo criado e mantido por funcionário do
226 Conselho durante muito tempo. *“Também apontam como metas para a*
227 *próxima gestão, a criação de um GT que discuta a relação do Fórum com*
228 *famílias, que têm procurado o movimento na tentativa de encontrar outros*
229 *caminhos para seus filhos que não as práticas medicalizantes das quais*
230 *dispõem nos serviços de saúde. Foi discutido também como foco de ações,*
231 *ampliar a discussão da medicalização nos CAPS, locais onde esta discussão*
232 *está sendo feita na perspectiva da reforma psiquiátrica, e cujos objetivos*
233 *convergem muito com as discussões do Fórum.”*. Sobre a reunião do dia 02 de
234 agosto, Luciana Stoppa dos Santos relata que a reunião foi sediada na Bahia e
235 que pôde acompanhar por transmissão *on-line* no CRP SP. *“A discussão*
236 *permaneceu durante muito tempo focada na questão da Portaria da SMS de*
237 *São Paulo à respeito da regulação no uso do Metilfenidato. Apresentamos a*
238 *nota de apoio do CRP à portaria, que foi lida e apoiada pelo Fórum, sendo que*
239 *o grupo também decidiu pela confecção de uma nota própria, além do apoio à*
240 *nota do CRP. Informamos também sobre a reportagem do Rodrigo Constantino*
241 *na revista VEJA naquele final de semana e que mencionava o CRP, Unicamp,*
242 *o Fórum e o PT, criticando as posturas destes órgãos com relação ao TDAH.*
243 *Foi avaliado que os posicionamentos deveriam acontecer de forma individual e*
244 *que o CRP teria que definir com seu coletivo como faria o posicionamento. O*
245 *grupo avalia que essa reportagem é fruto de um grande incômodo que os*
246 *movimentos sociais vêm produzindo, por conta dos avanços e da amplitude da*
247 *discussão do tema. Marilene Proença aponta também que a portaria da SMS*
248 *São Paulo é fruto de uma batalha histórica das discussões da medicalização*
249 *na cidade junto ao legislativo e à sociedade como um todo. Discutiu-se*
250 *também que a maior visibilidade do tema está relacionada ao alcance obtido*
251 *por meio das redes sociais e do próprio site do Fórum, que está sendo*



252 remodelado. (...) Ainda com relação à Portaria e à preocupação pela sua
253 manutenção, o grupo discutiu ações que visassem apoio e discussão do tema
254 junto à outras entidades. Fui questionada com relação à participação de
255 representante do CRP no Conselho Municipal de Saúde de SP, pois uma das
256 formas de mobilização seria fomentar a discussão nesse espaço. Consultando
257 o Luis Saraiva, ele me informou que essa participação é revezada com os
258 outros representantes do Fórum dos Conselhos das Atividades Fins de Saúde.
259 Disse ao grupo que não tinha as informações de como esta discussão seria
260 conduzida por lá, e que teríamos que levar essa discussão para lá para avaliar
261 um posicionamento. Por último foram discutidas questões sobre o Seminário
262 Interno do Fórum de Medicalização”. Maria Ermínia Ciliberti faz uma
263 consideração geral sobre o que entende ser uma confusão que está se dando
264 no Fórum da Medicalização, na Frente da Luta Antimanicomial e outros
265 espaços que temos composto, que é da militância pessoal de cada membro da
266 gestão com o projeto do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo
267 nesses espaços. Porque, pessoalmente, pode-se concordar com as ações
268 desses grupos, mas não ser uma prioridade política. Está havendo confusão
269 sobre quais são os nossos objetivos. Necessário discutir quais os objetivos
270 prioritários para os próximos dois anos na questão da medicalização, para ficar
271 claro qual será nossa ação dentro do Fórum. Não é necessário que o CRP SP
272 participe da discussão sobre como será o funcionamento desse Fórum, mas
273 definir se para o conselho, a prioridade, dentro da Medicalização, será família,
274 criança, mulheres, idosos, etc.. A questão do excesso de diagnósticos de
275 depressão, que geram a medicalização. É possível definir que o que
276 encabeçará essa discussão no conselho seja a ‘criança’, mas é preciso ter os
277 argumentos para explicar os motivos, quais são as implicações da
278 medicalização na infância, mas entende que o plenário ainda não tem essa
279 clareza. Pondera que há muitos atores do CRP na área de Educação, que
280 acabam trazendo a discussão da medicalização para esse viés. Dependendo
281 do caminho que o CRP definir para realizar essa discussão, mudam-se as
282 estratégias. Regiane Aparecida Piva concorda com a fala de Maria Ermínia
283 Ciliberti, porque enquanto era lido o relato de Luciana Stoppa, ficou se
284 questionando sobre o que foi realizado este ano acerca do tema de
285 medicalização. Comenta que na plenária da noite anterior discutiram a
286 avaliação dos núcleos, mas a temática da medicalização não apareceu. Para
287 ampliar a discussão sobre o tema, ele foi designado para ser discutido junto



288 com a temática de álcool e drogas, mas ainda não conseguimos realizar essa
289 discussão. Então, é necessário que o CRP defina qual o recorte que dará ao
290 tema, para assim, quando Ilana Mountian e Luciana Stoppa estiverem no
291 Fórum representando o CRP saibam qual o posicionamento do Conselho.
292 Lembra que Marília Capponi, coordenadora do Núcleo de Álcool, Drogas e
293 Medicalização, informou a dificuldade que teve em relação a trabalhar esse
294 tema. Luís Fernando de Oliveira Saraiva comenta que durante a última reunião
295 em que Luciana Stoppa participou, eles conversaram um pouco, pois estavam
296 convocando o CRP SP a tomar algumas posições e questionando acerca da
297 participação no Conselho Municipal de Saúde. Comenta também que tem
298 notícias de uma presença marcante do Conselho Federal de Psicologia no
299 Fórum, bastante articulada. Sente que as discussões dentro do Conselho vêm
300 se perdendo: não tem se conseguido avançar em qual o modo que
301 realizaremos o debate sobre este tema, que era algo que vinha sendo pensado
302 desde o início da gestão. Mirnamar Pinto da Fonseca Pagliuso retoma que no
303 começo da gestão foi realizada discussão e, naquele momento, pensamos em
304 ampliar o debate do tema, mas que está muito desarticulado neste coletivo. É
305 necessário definir como será discutido esse tema. O Fórum está começando a
306 fazer mais discussões, buscando atores de outras áreas e, no seu
307 entendimento, o CRP pode contribuir muito. Está nesse Fórum desde o início,
308 tem representatividade significativa nesse espaço, mas é necessário melhorar
309 a articulação interna, o que é desejável politicamente. Ilana Mountian comenta
310 que há um ponto da medicalização que o CRP pode utilizar, pois tem domínio
311 e posicionamento político, é a questão antimanicomial. Pelo que notou do
312 Fórum, estão discutindo muito a questão da educação, pelo uso do
313 medicamento Ritalina em crianças diagnosticadas com Transtorno do Déficit
314 de Atenção com Hiperatividade (TDAH). Maria Ermínia Ciliberti pondera que a
315 discussão é necessária e deve ser feita com cuidado na plenária, sem
316 necessariamente escolher um lado, uma posição acadêmica. Sandra Elena
317 Sposito pondera que o plenário sempre se posiciona de um lado das posturas
318 acadêmicas. Sempre estão sendo construídos diagnósticos e o CRP toma
319 partido e não será diferente disso. Nesses espaços de luta, o plenário está
320 trabalhando dentro de uma perspectiva e deve ser de Políticas Públicas em
321 educação, pois é um dos vácuos em que se precisa avançar. Questiona se há
322 clareza de que não é internando o usuário de saúde mental que ele poderá
323 melhorar, pois se não há, é necessário que essa clareza seja produzida.



324 Pondera que o Fórum possui os movimentos e evoluções naturais dele e que
325 cabe ao CRP pensar como será sua participação nesse espaço. Dario
326 Henrique Teofilo Schezzi pontua que é necessário ter como subsidio o que
327 está sendo produzido nos Núcleos, pois o Núcleo de Educação, de Saúde e de
328 Álcool, Drogas e Medicalização vêm fazendo essa discussão, mas não há
329 articulação. Luiz Eduardo Valiengo Berni pontua que o que ocorre é um
330 reducionismo, onde tudo é diagnosticado com dislexia e, então, medicado. E
331 questiona quais as discussões que estão sendo realizadas na plenária, se é no
332 tensionamento da academia. Maria Ermínia Ciliberti sugere que para o próximo
333 Planejamento Estratégico o assunto seja tratado como ação transversal dos
334 Núcleos de Saúde, Educação, Sexualidade e Gênero, Assistência Social e
335 Álcool, Drogas e Medicalização. Ilana Mountian concorda com a proposta de
336 tratar como ação transversal. Sergio Augusto Garcia Júnior entende que o
337 CRP já foi mais progressista. Precisa-se pensar em uma discussão mais
338 complexa e cruzar com a discussão transversal. Para Mirnamar Pinto da
339 Fonseca Pagliuso, não deve-se tomar partido. Todas as discussões que são
340 realizadas nesse espaço tem um cunho político e esse é o papel do CRP, por
341 representar uma categoria e usar o conhecimento advindo dessa categoria.
342 Propõe que seja constituído um núcleo de medicalização para trabalhar essa
343 questão e contemplar todas essas questões, para avançar com proposições e
344 ampliando a discussão. Para Elisa Zaneratto Rosa, para dar continuidade às
345 discussões no Fórum é preciso que essa discussão tenha continuidade no
346 Núcleo, pois existem leituras diferentes sobre o tema e, quando alocaram o
347 tema para ficar junto com a discussão de álcool e drogas, era no sentido de
348 avançar em outros pontos. É necessário ter um projeto político claro referente
349 à pauta da medicalização, pensar em uma pauta ampla (envelhecimento,
350 mulher, família, criança e saúde mental) e a medicalização nas suas várias
351 perspectivas. Há também a questão do que se está ocorrendo no Fórum: Qual
352 é esse coletivo? Que espaço de discussão ele tem? Há outros coletivos se
353 formando para discutir isso? É importante mapear para entender o cenário.
354 Outra questão é a medicalização no viés das Políticas Públicas de Educação e
355 na questão do diagnóstico. Preciso definir como fazer o diálogo com esses
356 serviços e com a população. O plenário se posiciona que o Núcleo de Álcool,
357 Drogas e Medicalização não deu conta de realizar a discussão sobre o tema e
358 então, entende-se que deve ser constituído um Núcleo para esse tema. Ilana
359 Mountian coloca que é necessário tomar uma decisão nesta plenária se o tema



360 será transversal ou se tratado apenas por um núcleo. Bruno Simões Gonçalves
361 nota que há descontentamento por conta do não avanço dessas discussões,
362 mas, para ele, não é o momento de tomar essa decisão, pois a coordenadora
363 do Núcleo de Álcool, Drogas e Medicalização não está presente, mas pede
364 que esse núcleo faça a discussão com agilidade. **Encaminhamentos:** O
365 Núcleo de Álcool, Drogas e Medicalização deverá realizar discussão com os
366 Núcleos de Saúde, Educação, Sexualidade e Gênero, Criança e Adolescente,
367 Assistência Social e Questões da Terra, Etnia e Raça para pensar como será
368 trabalhado o tema de acordo com o entendimento do plenário de que o tema
369 não foi ainda devidamente discutido a partir do projeto político do CRP SP.
370 Deverá ser solicitada a inclusão do e-mail de Ilana Mountian ao *e-group* do
371 Fórum. **IV) PROCESSOS DE PRIVATIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES QUE**
372 **RESPONDEM A MEDIDAS DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE (Sistema Penal**
373 **e Sistema Sócio-educativo)** – Adriana Eiko Matsumoto pondera que o ponto
374 está incipiente, não só a discussão do CRP como também as articulações, e
375 entende que poderá ser encaminhado por e-mail. Especificamente sobre a
376 questão de privatização de presídios, foi elaborada nota onde constam alguns
377 princípios. Tem conhecimento de que, por algumas Subsedes, o CRP SP já foi
378 convidado para participar de audiências públicas e entende que a Nota poderia
379 ser utilizada nesses momentos. Assim, sugere que seja encaminhado por e-
380 mail para que o plenário veja se tem sugestões e ponderações. A proposta
381 dessa pauta era para pensar como será feito o enfrentamento. É importante o
382 entendimento da posição incipiente das articulações deste CRP, ainda sem
383 forças políticas para esse embate. Elisa Zaneratto Rosa concorda com o envio
384 do material, por e-mail, para todo o plenário. É importante pensarmos também
385 sobre o tema no Planejamento Estratégico e sugere que o ponto seja
386 repautado, para que essa discussão não se perca, caso a discussão no PE
387 não dê conta dessa pauta. **Encaminhamento:** Encaminhar o material deste
388 ponto por e-mail para o plenário e repautar o ponto para a próxima plenária. **V)**
389 **BIOÉTICA** – Luiz Fernando de Oliveira Saraiva comenta acerca das críticas
390 que o CRP SP vem recebendo dentro da Câmara Técnica de Bioética do
391 Cremesp devido às constantes alterações de representantes. Elisa Zaneratto
392 Rosa coloca que ainda não há um projeto do CRP SP para a Bioética e,
393 portanto, não deve participar da reunião da Câmara Técnica de Bioética do
394 Conselho Regional de Medicina de São Paulo em novembro. Para Maria
395 Ermínia Ciliberti esta é uma questão que está sempre retornando dentro da



396 Comissão de Ética, mas nunca estão todos presentes, para que seja possível
397 concluir o ponto. Pondera que a discussão pode estar dentro da Comissão,
398 mas que talvez seja interessante avaliar no Planejamento Estratégico, pois
399 pode ser alocada em outro grupo, também. É necessário definir as discussões
400 que compõem as questões de bioética. Em várias áreas, esta discussão está
401 ficando urgente e só há sentido em participar da Câmara Técnica do
402 CREMESP se soubermos nossos motivos da discussão e qual a intenção que
403 temos nela. A própria discussão da medicalização tem uma dimensão bioética.
404 Elisa Zaneratto Rosa diz que é preciso dialogar com a COF, pensar em como
405 não avançou na COE, portanto, não sabe se a discussão deve ficar na ética,
406 mas, por outro lado, talvez, dê outro sentido para pareceres de processos mais
407 adiante. Pondera que talvez o caminho para essa discussão seja mesmo as
408 Comissões de Ética e de Orientação e Fiscalização. Adriana Eiko Matsumoto
409 propõe, como encaminhamento, que o assunto seja pautado urgentemente na
410 reunião de COE e COF, privilegiando um projeto de articulação para debate
411 ético, que deverá ser remetido, posteriormente ao plenário. Gabriela Gramkow
412 pontua que COE e COF não darão conta desses processos, e sugere que a
413 plenária pautar no planejamento estratégico para o próximo ano a criação de
414 piloto de um espaço indisciplinar dentro da COE, da mesma forma como
415 ocorre no Conselho de Medicina. Assim, sugere que o plenário assumira o
416 compromisso de incluir ações referentes a Bioética no PE. Para a presidente,
417 não está sendo concluída a pauta, apenas está sendo realizada apropriação
418 sobre qual é, de fato, a questão e, nesse sentido, está sendo apontado que o
419 debate deve ser ampliado no Planejamento Estratégico, mas que não se
420 esgotará. Sugere que seja feito projeto para agregar colaboradores, que
421 tenham domínio na discussão. **Encaminhamento:** A Bioética deverá ser
422 levada ao PE, considerando a sugestão de realização de um projeto conjunto
423 de COE e COF, que abarque essa questão. **VI) POLÍTICAS PÚBLICAS PARA**
424 **A TEA - TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA** - Elisa Zaneratto Rosa
425 comenta que ocorreu reunião com o GT de Psicologia e Deficiência e o relato
426 já foi compartilhado. Sandra Elena Sposito conta que não participou da reunião
427 com o GT e, então, não sabe o que foi discutido, embora o conselheiro Joari
428 Aparecido Soares de Carvalho tenha repassado as informações para o grupo.
429 Entende ser urgente a volta dessa discussão e é um tema que demanda muito.
430 Alguns encaminhamentos já foram apresentados no final da última plenária,
431 mas não pôde ficar até o final da discussão e não foi possível realizar uma



432 discussão aprofundada. De qualquer modo, foi preciso fazer indicação de duas
433 pessoas para participarem das audiências sobre o assunto, sendo indicadas
434 Elisa Zaneratto Rosa e Adriana Eiko Matsumoto, para garantir as vagas. A
435 audiência que ocorrerá no dia 25 de novembro terá como tema a Educação e a
436 do dia 26, Saúde. Adriana Eiko Matsumoto diz que, com relação à educação,
437 o CRP SP realizou uma discussão no Núcleo sobre o nosso entendimento
438 sobre a educação inclusiva, através das políticas de educação especial. O
439 plenário concorda com as diretrizes norteadoras da Lei 12764, de 27 de
440 dezembro de 2012, mas as ações das políticas de atendimento a essa
441 população não são atuais. A defesa que deve ser feita é pelo envolvimento da
442 família e da comunidade na formulação da política e do controle social, É feita
443 uma abordagem só cognitiva da questão e o CRP SP defende as diversas
444 abordagens, que sejam norteadas pelos princípios da igualdade e
445 integralidade, que as verbas públicas sejam destinadas na implementação de
446 políticas baseadas no princípio da laicidade e que garantam o acesso a
447 pessoas com transtorno do espectro autista e suas famílias. Há outras
448 questões colocadas: 'O que fazemos com os adultos?', que é uma questão que
449 precisa ser melhor discutida; e, 'Como fazer a aproximação com as famílias?',
450 que desejam manter-se no *status quo*. Sérgio Augusto Garcia Júnior questiona
451 se não seria o caso de fazer defesa pela capacitação de equipes
452 multiprofissionais nos Centros de Atenção Psicossocial, por exemplo. Maria
453 Ermínia Ciliberti diz que o grande problema do enfrentamento a essa questão
454 não está no conteúdo das reivindicações, em si, mas na forma como essas
455 colocações são feitas. O CRP SP, provavelmente, só terá uma fala na
456 audiência pública. Todos os esforços e as tecnologias são fundamentais para
457 cuidar desta população. A Teresa Cristina Lara de Moraes (quando
458 representou o CRP no Conselho Estadual de Saúde) apresentou uma minuta
459 nesse Conselhode controle social que todos foram contra. A conselheira Maria
460 Ermínia Ciliberti, como coordenadora do FCAFS, ponderou que o CRP-SP foi
461 chamado para várias reuniões e faltou, lembrando que o CRP coordenava o
462 GT que fez a proposta que seria levada ao Ministério da Saúdeno CES o CRP
463 poderia ter verificado antes a proposta do GT, que será levada para a
464 audiência em nome do Conselho Estadual de Saúde. Elisa Zaneratto Rosa
465 questiona se esta é a proposta que temos que defender na audiência. Se esta
466 minuta dialoga com estas diretrizes. Maria Ermínia Ciliberti diz que o texto para
467 a audiência estava correto, mas na hora da apresentação, foi exibido outro



468 texto. O CES, então, viu que o CRP SP não assumiu com o conteúdo. Sérgio
469 Augusto Garcia Júnior lembra que na gestão passada houve uma confusão
470 das famílias a favor do contra turno: eles querem para o autista atividades e
471 tratamento em tempo integral. Elisa Zaneratto Rosa entende que o CRP SP
472 deve mostrar uma alternativa para essas famílias, uma melhor forma de
473 convivência para a criança. A conselheira Maria Ermínia Ciliberti informa que o
474 CES se comprometeu a enviar o texto durante a tarde e que esse texto deverá
475 ser aprovado pelo GT. Sugere que na audiência pública a CRP deve fazer sua
476 defesa, sem entrar na ação que envolveu o judiciário. Elisa Zaneratto Rosa
477 coloca a importância de garantir a discussão da política pública e retoma com
478 a plenária a necessidade de indicar dois representantes para participarem na
479 Audiência, já informando que verificará sua disponibilidade para participar, mas
480 não tem condições de ficar os dois dias, embora ainda não haja certeza de que
481 conseguiremos as duas vagas e se teremos fala. Sérgio Augusto Garcia Júnior
482 sugere que o CRP tente incluir nessa minuta a defesa da questão psicossocial
483 e assistência aos pais e cuidadores. Na lista dos inscritos para a audiência,
484 que foi divulgada, constam como inscritas: Teresa Cristina Lara, Mirnamar
485 Pinto da Fonseca Pagliuso, Adriana Eiko Matsumoto e Elisa Zaneratto Rosa.
486 Foi encaminhado ofício para a juíza, com cópia para o Ministério Público, que
487 está coordenando o Evento, solicitando a representação oficial do CRP, não
488 houve resposta e o CRP não está em nenhuma mesa, segundo a
489 programação. Também não há certeza se há como trocar o nome ou não das
490 pessoas inscritas na hora, essa informação ainda está pendente. Adriana Eiko
491 não poderá participar. Há duas pessoas que foram indicadas para comporem o
492 GT Psicologia e Deficiência (Angela Fernandes Rodriguez Godoy e Edgar
493 Bittner Silva) para cuidarem do tema, e que podem ser consultadas para
494 estarem na audiência. Elisa Zaneratto Rosa lembra que Teresa Cristina Lara
495 não está inscrita na audiência como representante do CRP SP e Maria Ermínia
496 Ciliberti conta que o Padre João Inácio (do GT do Conselho Estadual de
497 Saúde) e Teresa Cristina Lara de Moraes irão pelo Conselho Estadual de
498 Saúde, para apresentarem a minuta. Mirnamar Pinto da Fonseca Pagliuso
499 concorda com os nomes já indicados, de Adriana Eiko Matsumoto e Elisa
500 Zaneratto Rosa. **Encaminhamento:** Joari Aparecido Soares deverá ser
501 consultado sobre sua avaliação acerca da possibilidade de participação dos
502 dois integrantes do GT nas audiências públicas, para substituir Adriana Eiko
503 Matsumoto ou a própria Elisa Zaneratto Rosa nas audiências. A diretriz a ser



504 adotada pelo CRP SP é de implicar as Políticas Públicas e de realizar alianças
505 com movimentos desse campo, para debater as tecnologias de cuidado. **VII)**
506 **GT ASSUNTOS FINANCEIROS** – Gabriela Gramkow relembra a necessidade
507 de compor o GT Assuntos Financeiros do CRP SP. Esse GT terá como tarefas
508 a análise das Resoluções de Apoios e Parcerias (CRP-06 n°002/13) e de
509 Diárias e Ajuda de Custo (CRP n° 001/02). Pede que aqueles conselheiros que
510 desejam fazer parte do GT, que se manifestem. Elisa Zaneratto Rosa relembra
511 que a ideia inicial era de compor com um membro da Diretoria (Gabriela
512 Gramkow), um conselheiro de subsede e outro da comissão estadual, para que
513 as regiões tenham representatividade. Mirnamar Pinta da Fonseca Pagliuso e
514 Dario Henrique Teofilo Schezzi se dispõem a compor o GT.
515 **Encaminhamento:** O plenário referenda os nomes indicados, ficando o GT
516 formado pelas(o) conselheiras(o) Gabriela Gramkow, Mirnamar Pinto da
517 Fonseca Pagliuso e Dário Henrique Teófilo Schezzi. **VIII) PLEBISCITO DA**
518 **MAIORIDADE PENAL** – Gustavo de Lima Bernardes Sales compartilha que
519 pelo Núcleo de Criança e Adolescente e outros espaços em que participa é
520 debatida a redução da idade penal. Em consulta pública, a aprovação da
521 redução passa de 80%. Recentemente, pela CAPL, informaram sobre a
522 proposta para um Plebiscito sobre essa discussão, que se ocorrer, irá aprovar
523 amplamente a redução. Traz à plenária considerando a relevância, para que
524 sejam pensadas formas de enfrentamento pelo CRP SP. O posicionamento do
525 CRP SP sobre a pauta é claro, mas tem dúvidas sobre como serão os
526 encaminhamentos e articulações, pois, se houver consulta pública/plebiscito, o
527 resultado esperado é a aprovação. É importante discutir na plenária como será
528 a mobilização em relação a esse possível plebiscito. Dário Henrique Teófilo
529 Schezzi relembra que o plenário dará foco ao tema de criança e adolescente,
530 devido à comemoração dos 25 anos do ECA e, desse modo, entente que as
531 discussões podem ser alinhadas. Gustavo de Lima Bernardes Sales sugere
532 que o tema seja tratado como prioritário no próximo ano. **Encaminhamento:**
533 Considerando a prioridade que será dada à temática de criança e adolescente
534 no próximo ano, devido à comemoração dos 25 anos do ECA, a redução da
535 idade penal também deverá ser prioridade no Planejamento Estratégico para
536 2015, junto com o ECA. **IX) COMPOSIÇÕES E RECOMPOSIÇÕES DE**
537 **NÚCLEOS E GT - 9.1) Comissão de Ética** – Foram indicados os nomes de
538 Maria Gertrudes Vasconcelos Eisenlhor, Fernanda Cazelli Buckeridge e Ana
539 Carolina Fantin para integrarem a Comissão de Ética, enquanto membros. E a



540 exclusão de Alice da Silva Moreira. **Encaminhamento:** o plenário referenda as
541 indicações colocadas para inclusão de membros na Comissão, bem como a
542 exclusão citada. **9.2) Núcleo de Justiça** – Indicam-se os nomes de Ana Luísa
543 de Marsillac Melsert (06/106857) e Marília Marra de Almeida (06/97848), para
544 comporem o Núcleo de Justiça. **Encaminhamento:** O plenário referenda a
545 inclusões dos nomes indicados de Ana Luísa de Marsillac Melsert, enquanto
546 membros do Núcleo. **9.3) Núcleo de Assistência Social** – Indicado o nome de
547 Vinícius Cesca de Lima (06/99477), enquanto colaborador do Núcleo.
548 **Encaminhamento:** Aprovada a indicação de Vinícius Cesca de Lima, que
549 passar a compor, como membro, o Núcleo de Assistência Social. **9.4) Núcleo**
550 **de Educação** – Elisa Zaneratto Rosa indica o nome de Bruna Borba para
551 compor, enquanto membro, o Núcleo de Educação. Mirnamar Pinto da
552 Fonseca Pagliuso informa que se disponibiliza a permanecer na coordenação
553 do Núcleo até o final deste ano, e que, por motivos pessoais, a partir do ano
554 que vem, gostaria de sair dessa função. **Encaminhamento:** Referendado o
555 nome de Bruna Borba, que passa a compor, como membro o referido Núcleo.
556 O Núcleo discutirá sua coordenação e apresentará proposta no início do ano
557 **9.5) Núcleo Métodos e Técnicas Psicológicas – Subnúcleo Diversidade**
558 **epistemológica não hegemônica em Psicologia, laicidade e o diálogo com**
559 **os Saberes Tradicionais (DiverPsi)** - Luiz Eduardo Valiengo Berni explica
560 que o Subnúcleo é formado por pessoas de referência de entidades. Que
561 serão indicados os nomes desses representantes, mas que, caso eles não
562 possam participar da reunião, é possível que venha outra pessoa dessa
563 entidade, em substituição. Caso venham duas pessoas da mesma entidade,
564 somente a referendada nessa plenária receberá a ajuda de custo. Informa os
565 nomes indicados para comporem como membros o Subnúcleo: Manoel José
566 Pereira Simão (06/39130), da Associação Luso-Brasileira de Transpessoal –
567 ALUBRAT; Ney Luiz Picado Alvares (06/30422), da Associação Brasileira de
568 Psicólogos Antroposóficos - ABPA; Rose Rodrigues de Maya Vianna
569 (06/72508), da Sociedade Brasileira de Psicologia e Acupuntura - SOBRAPA;
570 Ênio Brito Pinto (06/14675), do Instituto de Gestalt de São Paulo e do Instituto
571 Acolher (ITA); Ronilda Iyakemi Ribeiro (06/760), GT Psicologia e Religião e
572 Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia – ANPEPP
573 e do Centro Cultural Oduduwa; Marina Bocalandro, da Academia Paulista de
574 Psicologia – APP e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Márcia
575 Tabone (06/6384), da Universidade Paulista; Melissa Rossatti Duval



576 (06/63584), do Laboratório de práticas alternativas, integrativas e
577 complementares da Universidade de Campinas; Wellington Zangari
578 (06/29934), do Laboratório de Psicologia Anomalística – Interpsi, da USP;
579 Ercília Pereira Zilli Tolesano (06/13432), da Associação Brasileira de
580 Psicólogos Espíritas; e, Simone Kelly Svitek (06/45787). **9.6) Núcleo de**
581 **Criança e Adolescente** – Indicada Julieta Seixas Moizes (06/80912) para
582 compor, como membro, o Núcleo. **Encaminhamento:** Aprovada a inclusão da
583 psicóloga Julieta Seixas Moizes, como membro do Núcleo de Criança e
584 Adolescente. **X) ASSEMBLEIA DAS POLÍTICAS, ADMINISTRAÇÃO E DAS**
585 **FINANÇAS** – Elisa Zaneratto Rosa comunica que recebemos remessa de
586 matérias dos pontos da próxima APAF, que ocorrerá nos próximos dias 13 e
587 14 de dezembro de 2014. É necessário que esta plenária: 1) defina o
588 conselheiro responsável por estudar cada ponto pautado e apresentar o ponto
589 nas próximas plenárias, que antecederão a APAF; 2) verifique se há outros
590 pontos que devem ser pautados pelo CRP SP para a APAF; e, 3) a delegação
591 do CRP SP. A Diretoria pondera sua surpresa com a pauta extensa e
592 burocrática, cujos pontos foram pautados, principalmente pelo CRP 09, que é
593 um conselho alinhado com Conselho Federal de Psicologia. A Diretoria
594 pondera que muitos pontos são remanescentes, então a discussão já deve
595 estar pronta. Elisa relembra que já foi solicitado ao CFP a inclusão do ponto de
596 aprovação da resolução de avaliação psicológica em concurso publico, mas
597 não incluíram na primeira remessa. A Diretoria sugere que o CRP SP solicite
598 os seguintes pontos: a) Comissão Nacional de Direitos Humanos; b)
599 ‘Acupuntura’ – para definir um posicionamento do Sistema Conselhos sobre a
600 prática de acupuntura por psicólogos; c) ‘Revista Diálogos’ – está previsto no
601 Centro de Custo, em ‘Conta Divulgação’, mas o CFP não constituiu ainda a
602 comissão editorial; d) 9º Congresso Norte-Nordeste de Psicologia - Conpsi –
603 mas há dúvida se o CRP SP deverá pautar esse ponto ou se o mesmo deverá
604 ser pautado pelo CRP BA, considerando que o Congresso ocorrerá em
605 Salvador. Esse Congresso surgiu como uma ação do Sistema Conselhos, mas
606 em parceria com as Universidades das regiões Norte e Nordeste, o Congresso
607 foi absorvido pela Academia, que tem dificultado o envolvimento dos
608 Conselhos; O CRP BA já procurou o CRP SP para contar sobre as dificuldades
609 encontradas; e) Política Nacional e Sistema Conselho de Psicologia, no
610 sentido de apontar que há carência de uma política nacional articulada do
611 Sistema Conselhos. Adriana Eiko sugere que sejam pautadas também as



612 Conferências Nacionais que ocorrerão no próximo ano. Sobre a delegação, é
613 necessário definir quem irá. Gabriela Gramkow não poderá participar da APAF
614 e tentará, na reunião de tesoureiros, discutir os pontos pautados em APAF,
615 que entende que seriam adequados para essa reunião. Guilherme Luz
616 Fenerich também não poderá participar dessa APAF. Elisa Zaneratto Rosa,
617 que já irá para a reunião de presidentes, e Adriana Eiko Matsumoto se
618 colocam à disposição para comporem a delegação. Maria Ermínia Ciliberti
619 pondera que é importante que os membros da delegação tenham condições de
620 participar de todos os pontos discutidos, mas também de fazer articulação
621 política. **Encaminhamentos:** Responsáveis por apresentar os pontos na
622 próxima APAF: 1) Apreciação da Ata da APAF de Maio de 2014 – Guilherme
623 Luz Fenerich; 2) Pontos Financeiros – Gabriela Gramkow; 3) Regime Jurídico
624 Único – Joari Aparecido Soares de Carvalho; 4) Redução da Maioridade Penal
625 – Gustavo de Lima Bernardes Sales; 5) Decisão do Superior Tribunal de
626 Justiça Sobre Avaliação Psicológica em Concursos Públicos Não Ser
627 Eliminatória em Processos de Seleção Pública - Graça Maria de Carvalho
628 Camara; 6) Regulação da Capacidade Produtiva do Profissional de Psicologia
629 – Sandra Elena Sposito; 7) Comissão de Contas – Gabriela Gramkow; 8)
630 Inscrição Secundária – Guilherme Luz Fenerich; 9) Prescrição de créditos –
631 Gabriela Gramkow; 10) Isenção de Pessoa Jurídica não Sujeita a Registros –
632 Gabriela Gramkow; 11) Duplicidade de Registros de Pessoa Jurídica em
633 Conselhos de Classe – Guilherme Luz Fenerich; 12) Recuperação de credito e
634 a Participação em Mutirões de Conciliação – Gabriela Gramkow; 13) Limite de
635 Valor para Execução Fiscal – Gabriela Gramkow; 14) Resolução que Cria
636 Especialidade em Psicologia da Saúde – Alacir Villa Valle Cruces; 15)
637 Demandas do Judiciário e Ministério Público aos Psicólogos que atuam nas
638 políticas de Saúde e Assistência Social – Joari Aparecido Soares de Carvalho;
639 16) Os Conselhos de Psicologia e a Democratização da Comunicação no
640 Brasil – José Agnaldo Gomes e Sandra Elena Sposito; 17) Encaminhamentos
641 do VIII CNP – Elisa Zaneratto Rosa; 18) Medida Socioeducativa – Gustavo de
642 Lima Bernardes Sales; 19) Nada Consta – Guilherme Luz Fenerich; 20) Escuta
643 de Criança e Adolescente – Gustavo de Lima Bernardes Sales e Regiane
644 Aparecida Piva; 21) Estrutura Mínima para Funcionamento de Todos os CRPs
645 – Elisa Zaneratto Rosa; 22) Participação dos CRPs no Projeto de
646 Comunicação do CFP – José Agnaldo Gomes; 23) Exame de Proficiência –
647 Silvio Yasui; 24) Retirada do Título de Psicólogo Honorário dos Ditadores



648 Médici e Geisel – Aristeu Bertelli da Silva; 25) Crepop – Maria Ermínia Ciliberti;
649 26) Inclusão de Novas Áreas de Atuação Profissional no Siscaf – Guilherme
650 Luz Fenerich; 27) 30 horas para Psicólogos Funcionários dos CRPs – Sandra
651 Elena Sposito; 28) Grupos de Trabalho da APAF, 28.1) Crepop – Política
652 Indutora – Maria Ermínia Ciliberti, 28.2) Revisão da Política de Orientação e
653 Fiscalização do Sistema Conselhos de Psicologia – Graça Maria de Carvalho
654 Camara e Luiz Eduardo Valiengo Berni, 28.3) Conciliação – Gabriela
655 Gramkow; 28.4) GT para Evidenciar a Resolução nº018/2002 – Jonathas José
656 Salathiel da Silva e Bruno Simões Gonçalves, 28.5) Assuntos Financeiros –
657 Gabriela Gramkow, 28.6) Laicidade e Psicologia – Luiz Eduardo Valiengo
658 Berni, 28.7) GT para Elaboração de Projeto de Apoio Financeiro a Publicações
659 de CRPs – Gabriela Gramkow, 28.8) Eleições – Elisa Zaneratto Rosa; 28.9)
660 GT Unificado: PL Osmar Terra e Internação Forçada de Usuários de Álcool e
661 Outras Drogas – Guilherme Luz Fenerich; 28.9) Psicologia e Esporte – Camila
662 de Freitas Teodoro. Solicitação de pautas do CRP SP na APAF: O plenário
663 referenda que sejam solicitados como pontos de pauta: a) Comissão Nacional
664 de Direitos Humanos; b) Acupuntura; c) Revista Diálogos; d) Sistema
665 Conselhos: Participação no Controle Social. O ponto sobre o 9º Congresso
666 Norte-Nordeste de Psicologia – Conpsi será avaliado junto ao CRP-03 e será
667 avaliado com o CRP-05 se deverá ser pautado o Papel dos Conselhos
668 Profissionais na Sociedade. Para esses dois pontos, se os referidos CRPs não
669 pautarem, o CRP SP solicitará a pauta. Delegação do CRP SP: Elisa Zaneratto
670 Rosa, Adriana Eiko Matsumoto, Regiane Aparecida Piva, Livia Gonsalves
671 Toledo. Será consultado Aristeu Bertelli da Silva para compor a delegação,
672 caso ele não possa, Luís Fernando de Oliveira Saraiva irá. **XI) PONTOS PARA**
673 **A PRÓXIMA PLENÁRIA** - 1) Psicologia Organizacional e do Trabalho; 2)
674 Marco Regulatório; 3) Hospitais Psiquiátricos – Sorocaba; e, 4) Fórum dos
675 Conselhos Atividades Fim da Saúde. **XII) PSICOLOGIA E TECNOLOGIA DE**
676 **COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO** – Luiz Eduardo Valiengo Berni,
677 responsável por preparar essa discussão, solicita a retirada deste ponto da
678 pauta da plenária. **XIII) CREDENCIAMENTO DE SITE** – O plenário concedeu
679 parecer **favorável** à obtenção de selo para o *site* com os seguintes protocolos:
680 806616986 (CRP 06/15536), 106117415 (CRP 06/85384), 506017346 (CRP
681 06/120958), 606117364 (CRP 06/71831), 106217517 (CRP 06/49185),
682 706816790 (CRP 06/101377) e 806717523 (CRP 06/31748); concedeu parecer
683 **desfavorável** obtenção de selo para o *site* com o seguinte protocolo:



684 706217592 (CRP 06/62439), conforme folha anexa que é parte integrante
685 desta ata. Nada mais havendo a tratar a senhora conselheira presidenta deu
686 por encerrada a sessão, da qual eu, conselheiro secretário Guilherme Luz
687 Fenerich, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada será assinada por todos os
688 presentes. São Paulo, oito de novembro de dois mil e quatorze.

Adriana Eiko Matsumoto

Elisa Zaneratto Rosa

Gabriela Gramkow

Guilherme Luz Fenerich

Ilana Mountian

Janaína Leslão Garcia

Luís Fernando de Oliveira Saraiva

Maria Ermínia Ciliberti

Bruno Simões Gonçalves

Camila de Freitas Teodoro

Dario Henrique Teófilo Schezzi

Gustavo de Lima Bernardes Sales

Jonathas José Salathiel da Silva

Lívia Gonsalves Toledo

Luiz Eduardo Valiengo Berni

Mirnamar Pinto da Fonseca Pagliuso

Regiane Aparecida Piva

Sandra Elena Sposito

Sérgio Augusto Garcia Júnior

Silvio Yasui



Conselho Regional de Psicologia SP

Conselho Federal de Psicologia
Conselho Regional de Psicologia da
6ª Região - CRP-06

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América
Cep 05410 020, São Paulo, SP
Tel (11) 3061 9494, fax (11) 3061 0306
e-mail info@crpsp.org.br
website www.crpsp.org.br